



**NIEP  
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Construindo o consenso privatista em tempos de ajuste neoliberal: a atuação dos empresários no Instituto Brasileiro de Siderurgia no ano de 1980</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>João Paulo de Oliveira Moreira</b>	Universidade Federal Fluminense	PPGH-UFF	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do empresariado do setor siderúrgico no Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), numa situação específica, o seu 10º congresso no ano de 1980, quando começa a ser traçado um projeto que previa uma série de reformas, que são entendidas aqui como reações do capital na sua busca pela recomposição do lucro. Tanto o empresariado como os intelectuais orgânicos por adesão presentes na ossatura material do Estado brasileiro, irão atuar no seio deste aparelho privado de hegemonia exercendo uma importante pressão nos governos Figueiredo e Sarney, na busca pela desestatização do setor, que ficou preterido a segundo plano após o II PND. A hipótese central desta comunicação é que parte do interior do IBS a construção do consenso privatista, que se tornou hegemônico no início dos anos 1990 com a efetivação do Plano Nacional de Desestatização (PND), do governo Fernando Collor.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
IBS; Ajuste neoliberal; Empresariado;			
ABSTRACT			
<p>This paper has to analyze the performance of the business community in the steel industry in the Brazilian Steel Institute (IBS), in a specific situation, it's 10th Congress in 1980, when it begins to be traced a design that included a series of reforms, which are understood here as reactions of capital in its quest for restoration of profit. Both the business as organic intellectuals adherence present in bone material from the Brazilian state, will act within this private apparatus of hegemony exerting great pressure on governments Figueiredo and Sarney, the quest for privatization of the sector, which was passed over the background after II SNE. The central hypothesis of this paper is that of the interior of the IBS building consensus privatized, which became hegemonic in the early 1990s with the realization of the National Plan (PND), Fernando Collor government.</p>			
KEYWORDS			
IBS; Neoliberal Setting; Business Community;			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o Marxismo e o Estado			

### 1- O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS):

O Instituto Brasileiro de Siderurgia foi fundado em 1963, na cidade de São Paulo, depois de inúmeros debates ao longo dos anos 1940-1950, período de surgimento de diversos canais de expressão dos interesses empresariais<sup>1</sup>. Com as propostas do professor de metalurgia Robert

<sup>1</sup> Como exemplo podemos citar: A Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) e o Fórum Roberto Simonsen, o segundo era ligado à FIESP e à CIESP (MENDONÇA, 1986, p.78).

Franklin Mehl<sup>2</sup>, de criação de um instituto nos moldes da American Iron and Steel Institute<sup>3</sup>, o IBS foi assim criado.

Nesse caso, o Instituto, acabou tendo como estopim de seu surgimento um rompimento do empresariado brasileiro com a ILAFA, como nos mostrou Abreu e Lourenço Neto:

Em 1959, criou-se o Instituto Latino Americano del Fierro y del Acero (ILAFA), cujo primeiro presidente foi um brasileiro, o general Edmundo de Macedo Soares e Silva. Em 1961, as empresas brasileiras desligam-se do ILAFA em represália à escolha da cidade de Santiago do Chile como sede do instituto. Ao mesmo tempo, organiza-se no Brasil um comitê executivo para estudar a criação de uma associação siderúrgica, que veio a ser o IBS. Em abril de 1964, o IBS contava com 37 associados entre membros titulares e afiliados. (ABREU E LOURENÇO NETO, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

Portanto, o Instituto teve como objetivo expandir os interesses do empresariado do setor siderúrgico frente o governo brasileiro, desenvolvendo pesquisas relacionadas à produção, equipamentos, matérias primas, tecnologia, energia, tendências de mercado, novas aplicações do aço, coleta de dados, preparação e divulgação de estatísticas, desenvolvimento de programas e políticas definidas pelo setor<sup>4</sup>.

Desde o início, o Instituto congregou empresários privados e diretores de empresas estatais, dividindo a diretoria entre os representantes dos dois setores, todavia, o Instituto sempre possuiu mais representantes do setor privado. A primeira diretoria do instituto, eleita em 1963, teve como

---

<sup>2</sup> Robert Franklin Mehl nasceu em Lancaster, Pennsylvania, em 30 de março de 1898, desenvolveu seus estudos na Universidade de Princeton, onde obteve seu PH. D em 1924, no ano seguinte foi nomeado para o Conselho Nacional de Pesquisas em Harvard onde atuou por dois anos. Após sua atuação em Harvard, Mehl foi contratado pelo Naval Research Laboratory (NRL), sendo o diretor da área de Metalurgia Física até os anos 1940, quando participou da “Missão ABBINK” em 1948 e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Sua atuação no país não se resumiu a estes órgãos, tendo promovido diversas conferências na Universidade de São Paulo (compiladas no livro “Metalurgia do Ferro e do Aço”, publicado pela Associação Brasileira de Metais em 1945) demandando a criação de um órgão que representasse e organizasse os interesses do empresariado siderúrgico no país, além de no decorrer da década citada, também ter organizado a criação da Sociedade Brasileira de Metalurgia, importante Aparelho Privado de Hegemonia do empresariado da metalurgia e da mineração. Já nos anos 1960, ele tornou-se consultor da United States Steel Corporation, onde atuou durante seis anos. No fim de sua vida, Mehl se tornou professor visitante na Universidade de Delaware, tendo morrido em 1976. (The National Academies Press, In: <http://books.nap.edu/html/biomems/rmehl.html>; Associação Brasileira de Metalurgia, In: <http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/#missao>) Para um estudo mais aprofundado sobre a Missão ABBIK e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ver: RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), In: Dissertação defendida no Programa de História Social da Universidade Federal Fluminense em 2012.

<sup>3</sup> A American Iron and Steel Institute, é o principal órgão de representação da fração de classes atuante na siderurgia nos Estados Unidos, tendo sido criada em 1908 e tomado uma importante proporção nos anos 1930 onde seus membros participaram ativamente da Lei de Recuperação da Indústria Nacional dos EUA. (AISI, In: <http://www.steel.org/>).

<sup>4</sup> LOURENÇO NETO e ABREU; DHBB, CPDOC-FGV, verbete IBS. Disponível em [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

presidente o almirante Lúcio Meira<sup>5</sup> e como vice-presidente o general Edmundo de Macedo Soares e Silva.

A partir de 1966, foi votado um estatuto em que a diretoria passou a ser constituída por cinco diretores sem designação especial além do presidente e do vice-presidente. No decorrer dos anos 1970, seus membros criticaram abertamente a política econômica do Governo Geisel proposta no II PND, desenvolvendo um agressivo projeto privatista para o setor siderúrgico, principalmente no decorrer dos governos subseqüentes.

Em 1981, os membros das empresas siderúrgicas privadas criaram uma associação exclusiva do setor, a Associação de Siderurgia Privada (ASP)<sup>6</sup>. Apesar da criação da ASP, as empresas privadas não se afastaram do IBS, pois este já estava consolidado como um importante Aparelho Privado de Hegemonia do setor.

Com o término do programa de privatização das empresas siderúrgicas estatais em 1993, a “divisão” entre ASP X IBS deixou de existir, ocorrendo a fusão das mesmas, mantendo-se a sigla do IBS, sendo modificada apenas no ano de 2009, passando para Instituto Aço Brasil.

Para se ter uma dimensão da inserção deste Instituto na sociedade brasileira, Abreu e Lourenço Neto, apontaram as principais atividades “técnico-burocráticas” ao longo da sua história:

Entre as atividades de destaque do IBS ao longo de sua história, destacam-se a elaboração das normas técnicas na área da siderurgia, em convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB); e os serviços de assessoria à Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil e à Secretaria de Comércio Exterior (Secex), visando a assegurar

---

<sup>5</sup> Nascido em Petrópolis (RJ) no dia 3 de março de 1907, Em 1923 ingressou na Escola Naval no Rio de Janeiro, saindo guarda-marinha em 1927. Em 1942 diplomou-se em engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro, e ainda nesse ano, em dezembro, foi promovido a capitão-de-corveta. Com a posse de Getúlio Vargas na presidência da República em 31 de janeiro de 1951, foi nomeado subchefe do Gabinete Militar. Em agosto do mesmo ano foi designado para exercer as funções de representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) da Presidência da República. Tendo por objetivo traçar as diretrizes para a planificação do desenvolvimento industrial, o novo órgão estudou o estabelecimento de novas indústrias no país e a ampliação das já existentes. Foi ministro da viação e obras públicas durante o governo Juscelino Kubitschek, onde participou do Grupo de Estudos da Indústria Automobilística, composto também por Eros Orosco e o diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) Roberto Campos, apresentaram ao presidente um relatório sobre a indústria automobilística onde era proposta a idéia de que as empresas do setor deveriam ser privadas e preferencialmente estrangeiras, em detrimento de organizações estatais ou de economia mista. Coerente com isso propunha que a FNM fosse vendida a particulares. Foi presidente do BNDE em 1959, integrando o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresas (GEAMPE). Em 1961 Lúcio Meira assumiu a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), bem como dos grupos executivos da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), da Indústria Naval (GEIN) e da Indústria Metalúrgica (Geimet), criados em maio desse ano. Ocupou os cargos de diretor da Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria, da Companhia Técnica Monteiro Aranha, da Companhia Predial São Paulo e Rio, da Mineração Monteiro Aranha, da Brasilmar Meridional de Navegação, da Lips do Brasil e da Papel e Celulose Catarinense S.A., cujo conselho executivo também integrou. Participou, ainda, do conselho consultivo da Volkswagen do Brasil e, na década de 1970, integrou o conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio. (KORNIS; DHBB, CPDOC-FGV Verbete: Lúcio Meira, Disponível em: <http://www.fgv.br>).

<sup>6</sup> No decorrer da pesquisa me foi negado qualquer acesso a documentação da ASP, o que não prejudicou o andamento da mesma, haja vista que, a grande maioria do empresariado continuou atuando no seio do IBS.

a proteção à indústria nacional e os seus interesses no comércio exterior. No mesmo sentido, o IBS participou de convênios com os países-membros do Mercosul e da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI) (...)O IBS compila e divulga informações estatísticas sobre o setor siderúrgico, através do Centro de Informações Siderúrgicas, constituindo-se em fonte oficial para órgãos públicos, como os ministérios do Planejamento, da Fazenda, o BNDE e o Banco do Brasil. Suas estatísticas também são utilizadas pela imprensa especializada e por pesquisadores. Para divulgar essas informações, o IBS edita uma série de publicações, como o *Anuário estatístico da indústria siderúrgica*, *Siderurgia em números*, *Mercado brasileiro de aço*, *Estatísticas da siderurgia*, *Investimentos na siderurgia*, *A siderurgia brasileira*, *Siderurgia do amanhã* e *Informe da siderurgia*. (ABREU E LOURENÇO NETO; DHBB, CPDOC-FGV, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

Em suma, para além destas atividades técnicas, agora será apresentado mais detidamente o 10º congresso do Instituto, que acabou por representar um marco da crítica à intervenção do Estado, bem como uma forte defesa dos princípios liberais. Todavia, vale salientar que a construção do projeto privatista por parte do IBS foi um **processo**, não se restringindo apenas ao 10º congresso em 1980, para tanto, lançaremos mão aqui do recurso de se analisar uma conjuntura específica, que expressa um momento de crise, o da representação empresarial na década supracitada.

## **2- “Os desafios da siderurgia na década de 80”: o 10º congresso do IBS e a defesa dos preceitos liberais:**

No 10º congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, realizado no ano de 1980, sob a presidência de Jorge Gerdau Johannpeter<sup>7</sup>, o tema do congresso foi “Os desafios da siderurgia na década de 80”, tendo sido convidados três palestrantes que historicamente eram tributários de ideais vinculadas ao (neo) liberalismo proposto por Hayek: Kazutami Yasunaga (Nippon Steel), Wolfram Engels (Professor de Filosofia e Ética da Universidade de Frankfurt/Main) e William T. Hoogan (Diretor do Industrial Economics Research Institute).

Em seu discurso inicial, Jorge Gerdau Johannpeter buscou fazer uma análise do cenário internacional e nacional da siderurgia, demonstrando de antemão a sua preocupação com os preços do aço, o que, segundo ele, estava afetando as indústrias dos países “desenvolvidos” a despeito da significativa capacidade ociosa desta. No caso do Brasil, o presidente do IBS fez a seguinte avaliação:

---

<sup>7</sup> Ver anexo I

Quanto ao Brasil, a siderurgia exhibe um quadro bastante paradoxal. De um lado, nunca o setor acusou prejuízos tão significativos. Permitam-nos referir em detalhe o que acabamos de mencionar: A produção global de aço do Brasil, no ano passado (1979), cresceu 14,8% em relação a 1978, atingindo 13 milhões e 900 mil toneladas. Isso colocou o nosso país no 12º lugar entre todos os produtores mundiais, ultrapassando mesmo no período, países de economia bastante avançada, como o Canadá, por exemplo. Ainda no período em análise, conseguimos diminuir a importação de aço de 728 mil toneladas para 620 mil toneladas, ao mesmo tempo em que pudemos elevar nossas exportações, de 836 mil toneladas para 1 milhão e 484 mil toneladas. No concernente à melhoria da produtividade, vejam os senhores que, para um crescimento de produção de aço de 14,8 %, o setor empregou diretamente 142 mil pessoas, com o que atingiu um crescimento de apenas 1,7 %. Com relação à política do pessoal empregado na siderurgia, vale assinalar que temos conseguido, de forma bastante significativa, manter um adequado relacionamento de trabalho. Para isso concorreu uma série de fatores, entre os quais se destaca a especialização do setor, que possibilita ao pessoal empregado crescer junto com as empresas. Graças aos esforços dos nossos administradores, conhecedor da problemática pessoal vem o setor há muito tempo dedicando-se ao aprimoramento do homem, no seu relacionamento com a empresa, tanto através da intensificação do treinamento profissional específico, como pela conquista de um melhor posicionamento em tudo o que se refere aplicação de seus conhecimentos técnicos no desafio de produzir o melhor, em menos tempo e com menor esforço (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/3-A/4).

O empresário apresentou um panorama, segundo o próprio, paradoxal, da siderurgia brasileira, aonde os índices de rentabilidade se deterioravam em consonância com um aumento da produtividade em escala mundial como mostrado na tabela I:

**Tabela I**

**1979 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO – milhões /toneladas**

URSS .....	149.5	França .....	23.4
USA .....	122.9	Inglaterra .....	21.6
Japão .....	111.6	Polônia .....	19.4
Alemanha .....	46.3	Canadá .....	16.2
China .....	34.2	Checoslováquia .....	15.1
Itália .....	24.1	<b>12º Brasil</b> .....	13.9

Fonte: IISI Apud: Pronunciamento do Ministro do Planejamento Delfim Netto no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/15.

O elemento discursivo para a baixa rentabilidade passava pela crítica à política de preços, sobretudo, a destinação dos recursos públicos do Estado brasileiro para as estatais, como podemos notar neste trecho:

Defendemos preços realistas para todos os produtos siderúrgicos, tanto para os fabricados pelas empresas estatais como pelas privadas. Nunca será demais repetir que, toda vez que são desviados recursos orçamentários para cobrir custos das empresas estatais, o brasileiro sem condições de consumir aço acaba, fatalmente, subvencionando o consumo daqueles que têm condições de fazê-lo. Enquanto nos Estados Unidos, através da política do Trigger Price, se protege a siderurgia contra os baixos preços internacionais, em nosso país, pela atual política de preços adotada pelo CIP, estamos mantendo nossos preços abaixo daquele vigente no comércio internacional. (...) a verdade é que o aço brasileiro é hoje um dos mais baratos do mundo, o que, inclusive, estimula uma demanda interna eventualmente não necessária, principalmente a uma economia que exhibe evidentes sinais de dificuldades, diminuindo nossa capacidade de acumular excedentes exportáveis. **Estamos convictos de que o aço deva constituir um esteio nas estratégias de combate à inflação. O que não entendemos necessário –voltamos a repetir- é que a nossa parte nesse combate seja tão desproporcional.** Bem reconhecemos que, no atual quadro de dificuldades que o mundo atravessa, torna-se muito difícil definir e ajustar o equilíbrio das coisas. Agora, vejam os senhores: - quando observamos os juros, em eurodólares, atingirem níveis superiores a 20%; - quando sentimos o abuso absoluto do poder dos petrodólares a tumultuar o equilíbrio do comércio e da própria estabilidade política do mundo; - quando alguns bispos, esquecendo sua função pastoral e ignorando as dificuldades do país na luta contra a inflação, procuram agitar os sentimentos e exaltar os ânimos, no melhor estilo de demagogia, uma vez que esses religiosos lutam pelo operário mais favorecido, em detrimento do combate à miséria absoluta, causa esta sim, que necessita do apoio de todos nós; (...) Hoje, a inflação atinge índices avassaladores, causados não só por fatores externos, como pela decisão interna de investimentos fora da realidade nacional, os quais, tomados em períodos anteriores, oneram a atual gestão governamental (grifo do autor) (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/5-A/6).

Faremos à crítica a Johannpeter partindo de Marx, que concebe no “Manifesto do Partido Comunista” (1848) um lugar central às crises do capital como manifestação concentrada do caráter contraditório e da temporalidade do modo de produção capitalista:

As relações de produção e de circulação burguesas, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parecem o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou. Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contra-senso- a epidemia da superprodução. (...) As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida (MARX, Karl. 1998 p. 13-14).

Com este breve trecho, Marx nos indicou a questão da sobre-produção como motivo fundamental da crise de um modo de produção, o que a posteriori ficou definido como a produção do valor, ou seja, a auto-valorização do capital representada através do lucro para o capitalista<sup>8</sup>.

O então presidente do IBS continuou sua exposição apontando para o fato de que países como Japão e Alemanha Ocidental superaram suas dificuldades ao implementarem medidas financeiro-fiscais que orientaram o **ajustamento global**, o que teria deixado livre a produção e a concorrência na busca do caminho pelo equilíbrio<sup>9</sup>.

Segundo João Márcio Mendes Pereira<sup>10</sup>, a ideia de “ajuste global” ou “programas de ajuste”, consistia na estabilização macro-econômica de curto prazo, deixando assim em segundo plano as reformas políticas de médio e longo prazo priorizando: a) Contenção do consumo interno; b) Arrocho salarial; c) Corte de gastos sociais; d) Redução do investimento público.

Nesse caso, Pereira ainda destaca que:

Com a política de ajustamento, as condicionalidades institucionais passaram a envolver, simultaneamente, órgãos públicos de vários setores em diversos níveis de governo, com o objetivo de redesenhar por completo a ossatura material do Estado. A gestão pública deveria ser adequada ao ajuste macropolítico (PEREIRA, 2010, p.258).

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que o problema das crises na obra de Marx suscita polêmicas. Podemos citar como exemplo o economista belga Ernest Mandel, cuja interpretação da obra “O Capital”, não existe uma análise sistemática do aparecimento periódico inevitável das crises de produção. Ver: MANDEL, Ernest. “A Formação do Pensamento Econômico de Marx. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.151.

<sup>9</sup>Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p. A/7.

<sup>10</sup> PEREIRA, 2010, p.250.

As dificuldades citadas por Johannpeter foram “superadas” não só na Alemanha Ocidental, de Helmut Kohl, mas também na Inglaterra de Margareth Thatcher, ao traduzir a ofensiva do capital como programa político, a partir de um ataque ao movimento sindical, aos direitos sociais e todo tipo de política econômica de inspiração keynesiana ou social-democrata, sendo a mesma linha do então eleito governo de Ronald Reagan nos EUA, com o objetivo de restaurar e reconfigurar o poder de classe dos capitalistas em âmbito doméstico<sup>11</sup>.

No plano internacional, estes governos impulsionaram políticas desregulacionistas, em detrimento de modalidades de política monetária, cambial e fiscal associadas ao protecionismo, à expansão do mercado interno e à regulação estatal sobre a atividade econômica.

Portanto, aqueles países que menos administraram os preços e intervinham na economia foram os exemplos de sucesso para Johannpeter:

Toda ingerência direta do estado na formação dos preços tem validade evanescente, porquanto cada desequilíbrio gera novos desequilíbrios. **Entendemos que se deva buscar, pela ação do estado, apenas o equilíbrio, e não o detalhamento (grifo do autor)**. As próprias empresas estatais devem continuar buscando, inclusive na estratégia de investimentos, uma operação o mais possível desvinculada dos orçamentos governamentais, pois tal vinculação é extremamente desestimuladora da busca de objetivos empresariais próprios. A verdadeira confiança em investir somente será obtida pelo empresário privado no momento em que o estado fixar regras gerais mais consistentes, a serem aplicadas no tempo permitido, para que as regras próprias do mercado passem a funcionar, inclusive para as empresas estatais. Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/7).

Johannpeter fechou sua participação no Congresso defendendo a conciliação de classes, a partir do apaziguamento entre capital-trabalho, sob a retórica do crescimento do país<sup>12</sup>, denotando assim uma nova relação para com o movimento sindical calcada no convencimento, haja vista as greves do ABC paulista no ano anterior e a reorganização dos trabalhadores pelo país<sup>13</sup>.

Durante os congressos do IBS foi comum notar a participação de inúmeros ministros, que mantinham uma interação constante com os empresários do setor siderúrgico. Um proeminente

---

<sup>11</sup> LEYS, 2004 Apud: PEREIRA, 2010, p.242.

<sup>12</sup> Discurso de encerramento de Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.M/4.

<sup>13</sup> Sobre as greves ver: MATTOS, Marcelo Badaró. As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira, Conferência de Abertura da IV Jornada GT Mundos do Trabalho, Pelotas, 2007.

membro da ossatura material do estado<sup>14</sup> presente neste 10º congresso foi o então ministro do planejamento Delfim Neto<sup>15</sup>.

A questão dos preços também ocupou a atenção de sua palestra, inclusive, concordando com Johannpeter: “concordamos em que existe um controle severo dos preços, um controle, até certo ponto, indesejável, para o qual apelamos<sup>16</sup>”. Contudo, se para o então Presidente do IBS a continuidade dos “grandes projetos de desenvolvimento” produziam inflação, para o economista existia uma projeção de melhorias econômicas, com a possibilidade de maior consumo de aço, como podemos notar nesse trecho sobre o Pró-Álcool, o Projeto Carajás e a construção da Usina de Itaipu:

Os carros já estão na rua de todo o Brasil. Os postos de abastecimento estão sendo multiplicados. E as Usinas conseguem produzir todo o álcool necessário e, até, alguns excedentes para exportação. **Isto sem nenhum planejamento (grifo do autor)**, graças a Deus. (...) Será a solução brasileira para as suas imensas necessidades de transportes e nem por isso prejudicará, seja o açúcar, seja a cachaça. O que algumas pessoas não querem enxergar, mas que a parte sadia da sociedade brasileira já enxergou, nesta crise do petróleo, é muito mais do que o apocalipse. Enxergou, na verdade, o desafio e assumiu a decisão de vencê-lo. Assumi o desafio de que não tínhamos petróleo e de que tínhamos de procurar um substituto razoável. E encontramos o álcool. Com esta determinação, eu suspeito de que corremos o risco de enriquecer várias regiões brasileiras, capacitadas para produzir o álcool carburante, porque não se pode desconhecer que o efeito desta ampliação da produção do álcool, sobre as populações do interior, será uma coisa extraordinária (...) Dos projetos de desenvolvimento a que me referi, deste Brasil que está nascendo, faz parte, também, a abertura da nova província mineral de Carajás, que vai nos permitir exportar dez bilhões de dólares anuais, num prazo de oito ou dez anos, e que vale, em termos de hoje, toda a importação do petróleo. É um projeto que está sendo cuidadosamente preparado pela **Vale do Rio Doce** e cuja execução só depende da nossa vontade(...) Deste Brasil novo, faz parte também a revolução que se está processando em toda a fronteira oeste, por força do extraordinário investimento de Itaipu. Não é preciso ter muita imaginação para perceber que doze bilhões de quilowatts vão fazer alguma diferença nessa região. (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, C/6).

---

<sup>14</sup> O conceito de Ossatura Material do Estado é elaborado por Nicos Poulantzas e está presente em sua obra “O Estado, o Poder e o Socialismo” (2000). Segundo Poulantzas, a ossatura material do Estado é onde se estabelece as relações sociais de produção, portanto a base do Estado. Além das relações de produção, na esfera da ossatura material do Estado, estabelecem-se relações políticas e relações de dominação.

<sup>15</sup> Ver anexo II

<sup>16</sup> Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, C/3.

O ministro também ressaltou que no ano anterior (1979), o Brasil tornou-se o 12º maior produtor de aço do mundo, como já mostrado na tabela I, tendo como projeção até 1984 chegar ao 10º lugar, num contexto de possibilidade do aumento da produção de aço em escala global para os anos subseqüentes<sup>17</sup>.

Para tanto, Delfim Neto em sua análise se mostrou preocupado com a necessidade de aumento da capacidade instalada das indústrias no país:

Ora, é muito fácil concluir: se não houver aumento de capacidade instalada, lá e cá, os países adiantados e os semi-industrializados, como o nosso, teriam muito com que se preocupar daqui a 3, 4 ou 5 anos, porque estariam esgotados, hipoteticamente, os recursos das usinas para responderem significativamente à demanda. Então, se 84 ou 85 pintar, como se diz hoje, desta forma, só há um país que dispõe de grande capacidade instalada ociosa, que é o Japão, capaz de responder a um impulso positivo da demanda mundial, desde que aquele país possa absorver os custos crescentes de energia, o que confirmaria as hipóteses de preços mais altos no mercado de exportação dentro daquele horizonte. (...) o drama do nosso país é eleger prioridades num elenco enorme de assuntos urgentes, tais como o alto nível de investimento que o setor está exigindo e a **liberdade** para que ele atinja índices de rentabilidade mais adequados, em choque com um processo em curso em que a descapitalização vem sendo acelerada por falta de preço adequado (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/10-B/11).

Tal preocupação se justificava na medida em que as empresas brasileiras passavam por um processo de aumento da produção do aço e de maior internacionalização do setor, com a presença de empresários brasileiros em conselhos do ILAFA<sup>18</sup> e do International Iron and Steel Institute<sup>19</sup>, ao qual estavam filiadas a CSN, USIMINAS, COSIPA e um bloco formado por Belgo Mineira-Gerdau-Villares e Anhanguera, cada uma com um diretor, o que exigia da empresas filiada um mínimo de 2.000.000 toneladas/aço produzidas por ano.

A internacionalização se dava também com o aumento das exportações, que segundo o ministro:

---

<sup>17</sup> Delfim Neto fez essa afirmação baseando-se nos resultados de uma pesquisa encomendada pela OCDE e apresentada no simpósio “A indústria de aço nos anos 1980”. Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/5-B-6; B/15

<sup>18</sup> Em 1959, criou-se o Instituto Latino Americano del Fierro y del Acero (ILAFA), cujo primeiro presidente foi um brasileiro, o general Edmundo de Macedo Soares e Silva. Em 1961, as empresas brasileiras desligam-se do ILAFA em represália à escolha da cidade de Santiago do Chile como sede do instituto. (ABREU E LOURENÇO NETO, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br))

<sup>19</sup> Ver: <http://www.ghgprotocol.org/Third-Party-Databases/IISI>

A exportação, fora outras vantagens, tem sido também a válvula que vem permitindo ao setor trabalhar com maior produtividade, minimizando, mas não eliminando, os problemas de rentabilidade, conhecidos de todos (...) (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república, 1980, B/22).

Outro ministro que participou do congresso foi João Camilo Penna<sup>20</sup>, da Indústria e do Comércio. Penna chamou a atenção para o momento histórico pelo qual o país passava, que o próprio chamou de “transição” ou abertura democrática”, em que seria necessário superar as medidas econômicas intervencionistas de tempos passados:

Eu, pessoalmente, tenho observado com muita clareza que o Brasil vive um momento sério. Vive um momento de transição. Alguns chamam de crise. Eu chamaria de uma pulsação ou de uma transição. É um país que vive, agora, uma transição democrática, após quinze anos de um regime em que o Governo praticou de modo claro e deliberado a intervenção no processo econômico, em busca de um rápido crescimento. O país tinha pressa. Hoje, o país atingiu a posição de uma das dez grandezas econômicas da terra. Afirmou-se como um novo parceiro do mundo desenvolvido, mas pagou um preço – os senhores conhecem bem – da dívida interna, da dívida externa, da inflação, da dificuldade social e da crise de abertura política. Agora estamos maduros e entendemos que as medidas intervencionistas de ontem para um rápido crescimento, representam o livre funcionamento de mercado para os dias de hoje (Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, p. N/3-N4).

Camilo Penna como representante do governo Figueiredo, também fez questão de ressaltar que o então presidente pretendia intervir cada vez menos no processo econômico, deixando assim a cargo dos empresários o gerenciamento das empresas e a prerrogativa de absorverem as estatais do setor, sobretudo com o anúncio da privatização da Sidersul-RS<sup>21</sup>.

No caso do empresário da Gerdau, Ethienne Vidaurre Poubel, em exposição denominada “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, a questão mais problemática a ser sanada

---

<sup>20</sup> João Camilo Penna graduou-se em engenharia civil pela Universidade de Minas Gerais (UMG), chefiou a seção de estruturas da Companhia Vale do Rio Doce em 1949, transferindo-se para a CEMIG em 1951, onde chefiou o setor de custos e orçamentos. Entre 1963 e 1964, presidiu o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (IBEU). Em março de 1969, foi efetivado como presidente da Cemig, após dois anos em que acumulara interinamente o cargo com a vice-presidência da empresa. No ano seguinte, foi eleito “empresário do ano” pela Associação Comercial de Minas Gerais e, **em 1972, participou do primeiro programa para executivos, oferecido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração da Fundação João Pinheiro, em conjunto com a Graduate School of Business da Universidade de Colúmbia.** Em 1979 assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio, condição na qual estava durante o referido congresso do IBS (Sousa, verbete: João Camilo Penna. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br))

<sup>21</sup> Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, p. N/10.

era a dos recursos para financiamento do setor, que também passava pela questão dos preços, sob a argumentação de que a rigidez no controle destes, acabava por proporcionar um lucro abaixo dos níveis “normais”, sendo insuficiente para o crescimento independente das empresas num sistema de economia de mercado, sem a tutela do governo<sup>22</sup>. Nas palavras do empresário:

Por esta razão, embora melhore seu desempenho a cada ano, a siderurgia brasileira padece do mal crônico de não conseguir realizar-se plenamente, **não conseguindo crescer de forma autônoma, dependendo sempre das benesses do governo, numa política econômica que, além disso, implica numa estatização cada vez maior do setor.** (Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980, E/3).

Nesse caso, é importante situarmos que a questão do financiamento ocupou uma centralidade nesta exposição, na medida em que os investimentos do Estado para o sub-setor de aços não-planos no ano de 1980, de exclusividade das empresas privadas, ficou preterido a último plano, como mostramos nesta tabela elaborada pela Comissão de Economia do IBS:

***Investimentos do Estado brasileiro por sub-setor para o ano de 1980***

Planos comuns e perfis	US\$ 1.677,00 Toneladas/ano
Aços Especiais	US\$ 1.850,00 Toneladas/ ano
Não Planos	US\$ 883,00 Toneladas/ano

(Elaborada pelo autor com base nos dados do Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1980, E/5)

Para além da questão do financiamento, o diretor do Industrial Economics Research Institute, William T.Hoogan S.J, em palestra denominada “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, apontou como “dramático” o cenário da siderurgia em âmbito global com o crescimento das estatizações:

Em 1950, aproximadamente 77% da capacidade instalada de aço mundial eram de propriedade de empresas privadas e 23% estavam nas mãos do governo. Em 1980, houve uma mudança dramática – as usinas privadas detêm apenas 43% e as siderúrgicas estatais ocupam os 57% restantes. Esta mudança deve-se, em muito, ao crescimento rápido da União Soviética e dos países da Europa Oriental. (...) A capacidade do terceiro mundo, que foi instalada nos últimos vinte anos é estatal. Na década de 80, esta tendência rumo à estatização

<sup>22</sup> Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980, E/3.

continuará. (...) (Palestra de William T.Hoogan S.J no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980, I/4).

Hoogan, também culpabilizou a crescente estatização como principal motivo do aumento do custo para ampliação da capacidade instalada das empresas privadas, o que segundo o palestrante, não atenderia as metas de expansão para o setor, haja vista que o capital privado passou a se preocupar com a modernização e a substituição dos equipamentos em operação:

Assim, a maior parte dos programas de expansão ocorrem sob os auspícios do governo. Este aspecto é muito preocupante, porque há sempre a tentação –muitos cederam a ela no passado- de usar a siderurgia como instrumento de política (William T.Hoogan S.J, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980, I/5).

Por conseguinte, a Comissão de Relações Industriais do IBS<sup>23</sup>, em relatório denominado “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, apontou para alguns caminhos considerados importantes ao longo dos anos 1980 por FMI e Banco Mundial no que dizia respeito às políticas de compensação focalizada nas áreas “humana e social” para os trabalhadores, elaborando conceitos como “qualidade de vida” e a defesa de participação nas decisões, por parte dos empregados.

Tendo como objetivo fazer um “balanço social” em que se inseria uma empresa siderúrgica de qualquer natureza (privada ou estatal) no campo da gestão empresarial, o relatório destacava a importância do desempenho humano/social para o desenvolvimento de “correções e ajustamentos, essenciais ao processo de planejamento na vida de uma empresa<sup>24</sup>”. Nesse caso, a novidade presente nesta formulação é a inclusão de uma análise dos custos sociais nas empresas siderúrgicas, os relatores entendiam “custos sociais” como conflitos que resultavam da insatisfação dos funcionários, greves e da desintegração do corpo funcional<sup>25</sup>.

Assim foram definidas as motivações para se elaborar políticas de compensação focalizada para os trabalhadores:

Estes fatos justificam a inclusão no balanço social de um grupo de indicadores destinados a apreciar a situação do empregado em seu contexto fora da empresa; os resultados oferecidos

---

<sup>23</sup> A comissão era composta por: Maurício de Mello (Presidente da USIMINAS), Luiz Círiaco Gonçalves (Vice Presidente da MANNESMANN), Afonso Celso de Araújo Valle (AÇOMINAS), Silas Fonseca Redondo (ANHANGUERA), Antonio Mário Franzoso (PIRATINI), Mozart Pereira dos Santos (ACESITA), João Pessoas Ribeiro Felon (BELGO-MINEIRA), Ervin Michelstadter (CSN), Dirceu Brandão Martins (COSIPA), Carlos J. Petry (GERDAU), Guy de Fontgalland Corrêa da Silva Loureiro (SIDERBRÁS) e José Carlos de Vasconcelos Terenzi (MENDES JÚNIOR).

<sup>24</sup> Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/28.

<sup>25</sup> IDEM, p.G/32.

pelo exame desses indicadores permitirão ajustamentos em programas já em desenvolvimento, ao lado de demonstrar a necessidade de estudo de programas e projetos voltados para essa área da vida do empregado. Nem pelo fato de situar-se ela fora do espaço físico da empresa, fica esta desobrigada de contribuir para a garantia do equilíbrio familiar de seu empregado, tal como se preocupar com programas destinados a garantir-lhe o equilíbrio biológico, cultural ou profissional. De quanto já se disse, pode-se entender o Balanço Social como um conjunto de informações quantificadas, por meio dos quais a empresa poderá acompanhar de maneira objetiva o desenvolvimento de suas atividades, no campo dos recursos humanos, bem como medir seu desempenho na implementação de programas de caráter social (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/30).

A necessidade de se pensar em políticas denominadas “humanas” e “sociais” para o conjunto dos trabalhadores apontava para a mudança de conjuntura vivida pelo país com o processo de abertura política e de ascenso dos movimentos grevistas, como também da necessidade de um maior controle sobre estes a partir de uma outra forma de relação capital-trabalho, que hegemonizava o consenso sob a coerção predominante durante o regime até aquele momento, como podemos notar neste trecho:

O importante é que a montagem do Balanço Social obedeça a dois requisitos fundamentais: primeiramente, a utilização de indicadores que reflitam o desempenho da empresa no campo humano e social, ao lado dos que reflitam o grau de satisfação dos empregados em relação aos programas desenvolvidos; em segundo lugar, o caráter participativo que deve presidir o desenvolvimento do processo, desde a escolha dos indicadores a serem utilizados, a definição das metas a serem atingidas em relação a cada indicador, a priorização com que cada um pesa na vida da empresa e, naturalmente, o grau de satisfação dos empregados com os programas e a própria atividade da empresa. **Todas as pessoas que trabalham na empresa e integram sua realidade terão seguramente uma palavra a dizer a esse respeito; por isso, todas deverão ser ouvidas, o que marcará o caráter participativo do processo, como já foi referido (...) Por sua participação no desenvolvimento do Balanço Social, poderá o empregado verificar como pode a empresa colaborar no seu próprio projeto de vida pessoal. Dessa maneira, será possível chegar-se ao consenso no seio da empresa, sempre desejável, mas que pode até ser vital, nos momentos de crise (...) Essa integração existirá na medida em que duas condições estiverem presentes: em primeiro lugar a consciência de que efetivamente a empresa ou o grupo oferecem meios de satisfação de necessidades e desejos de seus integrantes tanto os básicos quanto os superiores; a seguir, a manutenção de um estado de cooperação, ou seja, de interação**

**associativa que assegure, à base de consenso e forças motivacionais suficientes, o funcionamento do sistema** (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/31-G/33).

Os relatores ainda fizeram um esforço coletivo de desenvolverem o conceito de “Qualidade de vida” para os empregados, entendendo-a como:

“Conjunto de condições que permitem a plena realização do homem enquanto pessoa, isto é, em sua realidade biológica, intelectual, familiar e social. Com participação nas decisões, planejamento eficaz, cooperação, condições de realização pessoal e tratamento digno no trabalho” (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/36).

Tais questões eram pensadas em consonância com a rentabilidade, ou seja, a “satisfação” do empregado representaria uma possibilidade de produtividade crescente, sobretudo ao se sentirem parte integrante da empresa, não entrando em confronto direto com os interesses do capital.

Mas foi com a palestra intitulada “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, do Professor da Universidade de Frankfurt Wolfram Engels, que percebemos uma tentativa de sistematizar uma defesa do ideário liberal, além de uma crítica ao keynesianismo pautada na sua suposta aproximação com o socialismo.

Nesse caso, esta crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico do pós segunda guerra mundial, não representou uma novidade, haja vista que o economista liberal Frederick August Von Hayek em “O Caminho da Servidão” utilizou a mesma proposição<sup>26</sup>.

Ter como palestrante um acadêmico que remonta a uma idéia-força de Hayek, considerado juntamente com Popper e Friedman, um dos grandes nomes do (neo) liberalismo do pós segunda guerra mundial, demonstra o quanto comprometido estava o Instituto para com esta ideologia.

Wolfram Engels em sua exposição apontou para o fato de que a fraqueza das economias chamadas “socialistas burocráticas” representavam o fenômeno mais importante dos últimos anos, pois comprovaria assim, que a economia de mercado é a verdadeira forma de relação social ou o “caminho verdadeiro”:

No início da última década muitos economistas ocidentais estavam convencidos que as economias planejadas eram altamente eficientes e que mais e mais elementos de planejamento central tornar-se-iam necessários nos países capitalistas. (...) Tudo isso mudou completamente. Realisticamente avaliado, o Produto Nacional Bruto da União Soviética é

---

<sup>26</sup> HAYEK, F.A, O Caminho da Servidão, 2011, Editora: Instituto Ludwig Von Mises.

menor do que o do Japão e somente ligeiramente maior do que o da Alemanha Ocidental. Khrushchev, Ulbricht e uma grande parte dos economistas ocidentais têm-se tornado vítimas de erros estatísticos. (...) Os governos do Bloco oriental desistiram de qualquer esperança de que poderiam alcançar o Ocidente. (...) Até 1960 o salário mensal do trabalhador da Alemanha Oriental, em marcos orientais, era o mesmo que o da Alemanha Oriental em DM. Em 1977, o salário oriental era apenas 42% do salário do Ocidente, o que representa menos de 1/3 do poder aquisitivo. O poder aquisitivo dos trabalhadores orientais é apenas ¼ do da Alemanha Ocidental (Professor Wolfram Engels, Universidade de Frankfurt, Palestra: “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, 1980, p.H/3-H/4).

Em sua avaliação, Engels levou em consideração o poder aquisitivo dos trabalhadores como paradigma comparativo entre os países do bloco capitalista e do socialista, desprezando a intensidade produtiva e o tempo de trabalho socialmente necessário para realizar a produção tanto no ocidente quanto no oriente.

Contudo, a *débâcle* do keynesianismo para o autor, foi a sua adequação à filosofia política de esquerda, onde o Estado seria o responsável pelo pleno emprego, equilíbrio da balança de pagamentos, estabilidade da moeda e altas taxas de crescimento, em detrimento da iniciativa privada<sup>27</sup>.

Por conseguinte, a chamada “redescoberta de verdades simples” a partir da “falha” keynesiana seria que: “a prosperidade econômica só poderia ser alcançada baseando-se na iniciativa privada e na redução da participação do Estado na economia<sup>28</sup>”. Segundo Engels, o retorno aos preceitos liberais iria desfazer o excesso de regulamentação e de burocratização engendrado pelo modelo econômico do pós segunda guerra mundial, que limitava à economia sacrificando a eficiência em detrimento de maior justiça social, alcançando já no ano de 1980 resultados com a desregulamentação do sistema de energia nos Estados Unidos.

Portanto, nesta palestra, os preceitos liberais estariam coadunados com um fundamento ético e moral, que teriam partido dos Estados Unidos com os livros de John Rawls “Uma Teoria da Justiça<sup>29</sup>” e de Robert Nozick “Anarquia, Estado e Utopia<sup>30</sup>”, além dos neoconservadores Irving Kristol<sup>31</sup>, Patrick Moynihan<sup>32</sup>, o alemão Hans Albert<sup>33</sup> e os dissidentes russos Vladimir Maksimov<sup>34</sup> e Alexander Soljenítsin<sup>35</sup>.

---

<sup>27</sup> ENGELS, 1980, p.H/6.

<sup>28</sup> IDEM, p.H/7.

<sup>29</sup> RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça, 2008, Martins Fontes

<sup>30</sup> NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia, 1974, Zahar.

<sup>31</sup> Membro do Partido Republicano dos EUA e autor de “Neo-Conservatism: The autobiography of an Idea”, 1999, Paperback.

A obra de Rawls (1971) tinha como objetivo criticar a visão filosófica utilitarista, que segundo o pensador não garantia direitos o suficiente, pois colocava o bem comum na frente das leis. A solução para Rawls partia de um campo hipotético:

Imaginemos um grupo de indivíduos que estão prestes a formar uma sociedade (em situação parecida com o momento da assinatura do “contrato”, para os contratualistas). Para isto, precisam escolher que princípios formarão a base de seu sistema jurídico-político. Para isto, não podem decidir baseados em seus interesses particulares, e para garantir que não o façam, joga-se sobre eles um “véu de ignorância”: Não sabem a que classe social pertencem, se a sociedade é rica ou pobre, seu grau civilizatório, se são de alguma minoria étnica ou religiosa. Devem decidir, portanto, baseados apenas em seu senso de justiça. Percebamos o quanto este artifício é engenhoso. Uma sociedade de católicos, por exemplo, poderia instituir a inquisição como prática estatal. Como, no entanto, os indivíduos não conhecem suas posições particulares, precisam se precaver contra possíveis perseguições políticas ou religiosas. A fim de evitar futuras complicações, estabelecem como primeiro princípio o de que “Cada um tem um igual direito ao mais extensivo sistema total de liberdades básicas iguais, compatíveis com um similar sistema de liberdades para todos”. Ao perceberem, no entanto, que não sabem a que classe pertencem, enfrentam um dilema: Precisam se resguardar contra a miséria caso descubram que são da classe mais baixa. Para isto, poderiam determinar uma distribuição igualitária da riqueza, mas, por outro lado, não parece justo que alguém que trabalhou a vida toda receba o mesmo que uma pessoa que não fez nada por si ou pela sociedade. Como equilibrar as duas considerações? Em que situações é justo que uma pessoa receba um quinhão maior que outra? Resolvem este problema colocando as

---

<sup>32</sup> Sobre o membro do Partido Democrata, Patrick Moynihan: “He was not a great one for party lines. The young Mr Moynihan shocked his Democratic friends in 1965 with a report that blamed social ills on the break-up of the black family. His thesis has since become conventional wisdom, but in the civil-rights era it was the purest heresy. He shocked them even more in 1969 by accepting a job in the Nixon administration. “Moynihan”, Herbert Stein observed, “was Nixon's soaring kite reaching out for the liberal chic eastern establishment.”

Mr Moynihan had little sympathy with the leftists who came to dominate his party in the 1970s. He enjoyed close friendships with neo-conservative sages such as Irving Kristol and Norman Podhoretz, and contributed enthusiastically to the **Public Interest**. “The nation is turning conservative”, he once observed, “at a time when its serious internal problem may well be more amenable to conservative solutions than to liberal ones.” (Retirado de: <http://www.economist.com/node/1673727>).

<sup>33</sup> Hans Albert foi um filósofo que tentou levar a cabo pensamento de Karl Popper e sua crítica a Escola de Frankfurt. Ver: ALBERT, Hans. O tratado da razão crítica, 1976, Tempo Brasileiro.

<sup>34</sup> Editor da revista anti-soviética “Kontinent”.

<sup>35</sup> Prêmio Nobel em 1970, o escritor ficou conhecido por denunciar as arbitrariedades do Estado Soviético em obras como “O Arquipélago Gulag (1918-1956)”, 1976, Círculo do Livro; “Pavilhão de Cancerosos”, 1974, Expressão e Cultura.

desigualdades sociais em favor do todo, e estabelecem como segundo princípio que “As desigualdades sociais e econômicas têm de ser ajustadas de maneira que sejam tanto para o maior benefício dos menos privilegiados quanto ligadas a cargos e posições abertos a todos, sob condições equitativas de oportunidade”. **Assim, a desigualdade só é permitida quando beneficia os menos favorecidos** (MOREIRA E SILVA, 2010, In: [http://sefp.files.wordpress.com/2010/01/john\\_rawls-uma-teoria-da-justica.pdf](http://sefp.files.wordpress.com/2010/01/john_rawls-uma-teoria-da-justica.pdf) ).

John Rawls formulou uma teoria fundamentada na tradição liberal, em que parte de dois pressupostos básicos: 1) Uma ética deontológica de origem Kantiana, em que através da razão prática o indivíduo escolhe livremente seguir sua lei moral; 2) Uma epistemologia relativista, que nos moldes cartesianos concebe o objeto de conhecimento a partir do sujeito cognoscente<sup>36</sup>. Para Rawls, a vontade livre dos sujeitos seria a matriz fundante do contrato social e do ideal de liberdade<sup>37</sup>.

Já em *Anarquia, Estado e Utopia* (1974), Robert Nozick calca suas formulações na limitação das contribuições materiais dos indivíduos para com a sociedade, por considerá-las “coercitivas e negadoras de nossa liberdade, pois nenhuma pessoa ou grupo de pessoas pode dizer-nos o que devemos fazer, nem tampouco **obrigar-nos a sermos melhores ou ajudar nossos congêneres**”<sup>38</sup>, fazendo parte assim de um grupo de pensadores denominados “libertarianos”, com muita influência em postos chave do governo estadunidense do período, assim como em instituições financeiras e think-thanks<sup>39</sup>.

A tese central de Nozick é a de que:

(...) um Estado mínimo limitado às estreitas funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, garantia do cumprimento de contratos e etc., justifica-se (...) qualquer Estado mais extenso violaria o direito das pessoas de não ser obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica (...) O Estado mínimo é inspirador, assim como correto ( NOZICK, Robert. 1974, p.7).

Nozick ainda expõe como resolver os problemas da sociedade sem a necessidade de um governo, a partir da “mão invisível” de associações não-estatais de ajuda mútua que em um breve

---

<sup>36</sup> BORGES, Charles Irapuan Ferreira. Breve introdução à teoria da Justiça de John Rawls. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2096, 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12549>>. Acesso em: 1 set. 2013. Ver também <<http://jus.com.br/artigos/12549/breve-introducao-a-teoria-da-justica-de-john-rawls/2#ixzz2dfzjTOq2>>

<sup>37</sup> Para Rawls, as liberdades básicas eram: a liberdade política (votar e ocupar cargos públicos), a liberdade de expressão e reunião, a liberdade de consciência e de pensamento, as liberdades da pessoa (integridade pessoal, proteção contra a agressão física e psicológica), **o direito à propriedade privada** e a proteção contra a prisão e a retenção arbitrárias, em síntese, os direitos humanos e as liberdades civis.

<sup>38</sup> NOZICK, Robert, 1974, p. 227.

<sup>39</sup> MORESSI, Sérgio. Robert Nozick e o liberalismo fora de esquadro, In: Revista Lua Nova, nº55-56, 2002.

período de tempo se encontrariam em uma posição dominante, graças às leis do mercado<sup>40</sup>. A esta situação o autor dá o nome de Estado “ultra-mínimo”.

Um sistema considerado redistributivo (socialismo ou para o autor as economias capitalistas do pós segunda guerra mundial), eram considerados injustos, na medida em que não dariam as pessoas o direito a decidir o que elas querem fazer com o que possui. Para tanto, o autor assim como Rawls, lançou mão de argumentos hipotéticos:

Neste mundo hipotético existe um excelente jogador de basquete, Wilt Chamberlein, que assina um contrato com o seu clube, de acordo com o qual 25 centavos de cada ingresso vendido nas partidas locais vão parar diretamente em seu bolso. As pessoas podem escolher ver uma partida de basquete, comprar caramelos ou comprar uma revista (...) Suponhamos que voluntariamente um milhão de pessoas decidiram assistir à primeira partida local em que Wilt Chamberlein exibirá seus dotes; Então Wilt Chamberlein é agora 250 mil dólares mais rico por vontade dos pagantes (NOZICK, Robert. 1974, p.166).

Em suma, Wolfram Engels apontou algumas das principais referências liberais do período, partindo das mais variadas matrizes partidárias, nacionais e acadêmicas, tendo em comum a defesa de uma “verdade” a seguir: o mercado enquanto lócus da prosperidade e da bonança.

A crítica ao keynesianismo se coadunou com as demais exposições do congresso, denotando assim o esforço desta fração de classe em direcionar novos rumos para a política econômica brasileira, redefinindo também as relações capital-trabalho, sob uma perspectiva do rebaixamento das pautas do movimento sindical a partir de projetos que incluía questões como a “qualidade de vida” do trabalhador e o “balanço social” das empresas.

## **Conclusão:**

Para concluir, entendemos à luz do pensamento gramsciano, que o sentido do liberalismo – chamado de liberismo pelo sardo- na economia com a proposta privatista, promove sua incursão a partir de uma distinção orgânica entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, tais esferas estariam separadas uma da outra, daí a defesa de não intervenção do Estado na regulamentação da economia, pois esta seria de exclusividade da sociedade civil<sup>41</sup>.

Tal problema é assim explicado por Gramsci:

---

<sup>40</sup> IDEM, 1974, p.121.

<sup>41</sup> GRAMSCI, 2011, p.47.

Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional (GRAMSCI, 2011, p.47).

Gramsci concebia a expansão dos interesses de um dado grupo no aparelho de Estado como parte de uma expansão universal, destinada a superar equilíbrios instáveis entre as classes dominantes e os grupos subordinados<sup>42</sup>. Nesse caso, as frações de classe atuantes no IBS, não se propunham a modificar a estrutura do Estado, mas apenas a sua orientação governamental, de molde a favorecê-los, criando assim as condições necessárias para a expansão dos interesses deste grupo.

Portanto, o que tentamos demonstrar aqui, não foi uma discussão entre defesa do livre mercado X intervenção estatal, mas sim como uma dada fração das classes dominantes consegue se articular para introjetar no aparelho do Estado os seus interesses. A atuação do empresariado no Instituto Brasileiro de Siderurgia no ano de 1980 está longe de esgotar o problema, contudo lança algumas questões acerca da construção ao longo desta década do projeto privatista hegemônico no país implementado nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

#### Anexo I

##### Jorge Gerdau Johannpeter

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	É graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Atuação nas Agências Estatais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobrás</li> <li>• Presidente da câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Produtividade do Governo Dilma Roussef</li> </ul>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP)</li> <li>• Integra a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)</li> </ul>

<sup>42</sup> IDEM, p.41-42.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC)</li> <li>• Membro eleito da International Academy for Quality (IAQ)</li> <li>• Membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do World Steel Association</li> <li>• Membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões (1980-1982)</li> <li>• Membro do Conselho Superior Estratégico da Fiesp</li> <li>• Membro do Conselho da ONG “Parceiros Voluntários”</li> </ul>
Atividades Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho de Administração da Gerdau.</li> <li>• Coordena o Instituto Ação Empresarial</li> </ul>

Fonte: [http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot\\_sites/10\\_congresso\\_inter/palestrantes.html](http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/10_congresso_inter/palestrantes.html)

## Anexo II

### Delfim Neto

Origem Regional	São Paulo
Formação Acadêmica	Graduado em Economia pela USP;Doutorado em Economia pela USP
Atuação nas Agências Estatais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DER (1948)</li> <li>• Membro do CONSPLAN (1965)</li> <li>• Membro do CNE</li> <li>• Chefe da Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo (1966-1967)</li> <li>• Embaixador na França (1975-1978)</li> <li>• Ministro da Agricultura (1979)</li> <li>• Empresa Brasil de Comunicação (2007-2009)</li> </ul>

Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IPES</li> <li>• ANPES</li> <li>• Assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958)</li> <li>• Presidência do Conselho superior de economia do Instituto Roberto Simonsen</li> <li>• Membro do Conselho orientador do IPEA (2008)</li> <li>• Valor Econômico</li> <li>• Folha de São Paulo</li> <li>• Carta Capital</li> </ul>
Atividades Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor Catedrático de Economia brasileira da USP</li> <li>• Vice-Presidente da Ordem dos economistas de São Paulo (1958)</li> </ul>

Fonte: ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, Tese de doutorado, UFF, 2010.

### **Bibliografia:**

ABREU, Alzira e LOURENÇO NETO, Sydenham, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

ALBERT, Hans. O tratado da razão crítica, Tempo Brasileiro, 1976.

ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, Tese de doutorado, UFF, 2010.

BORGES, Charles Irapuan Ferreira. Breve introdução à teoria da Justiça de John Rawls. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2096, 28 mar. 2009, In: <http://jus.com.br/artigos/12549>.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Volume 3, Civilização Brasileira, 2011.

HAYEK, F.A, O Caminho da Servidão, Editora: Instituto Ludwig Von Mises, 2011.

KORNIS; DHBB, CPDOC-FGV, Verbete: Lúcio Meira, Disponível em: <http://www.fgv.br>.

KRISTOL, Irving. Neo-Conservatism: The autobiography of an Idea”, Paperback, 1999.

MANDEL, Ernest. “A Formação do Pensamento Econômico de Marx. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MARX, Karl. O Manifesto Comunista 150 anos depois, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira, Conferência de Abertura da IV Jornada GT Mundos do Trabalho, Pelotas, 2007.

MOREIRA E SILVA, 2010, In: <http://sefp.files.wordpress.com/2010/01/john-rawls-uma-teoria-da-justica.pdf>.

MORESSI, Sérgio. Robert Novick e o liberalismo fora de esquadro, In: Revista Lua Nova, nº55-56, 2002.

NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia, Zahar, 1974.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo, Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça, Martins Fontes, 2008.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), In: Dissertação defendida no Programa de História Social da Universidade Federal Fluminense em 2012.

SOLJENÍTSIN, Alexander, O Arquipélago Gulag (1918-1956), Círculo do Livro, 1976

---

Pavilhão de Cancerosos, Expressão e Cultura, 1974.

SOUSA, Luis Otávio, verbete: João Camilo Penna. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

### **Links Consultados:**

<http://books.nap.edu/html/biomems/rmehl.html>

<http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/#missao>

<http://www.ghgprotocol.org/Third-Party-Databases/IISI>

<http://www.economist.com/node/1673727>

### **Fontes:**

Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república, Delfim Netto, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980.

Discurso de encerramento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980.

Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980.

Palestra de William T. Hoogan S.J no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980.

Palestra de Wolfram Engels no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, 1980.

Pronunciamento do Ministro do Planejamento Delfim Netto no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1980.

Relatório da Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980.